Ata da Sessão Ordinária do dia 19 de Julho de 2016.

Às 17h08min, do dia 19 de Julho de 2016, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Ordinária os seguintes vereadores: Adriano da Farmácia, Ayrton Zorzi, Dulcinéia Costa, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Mário de Pinho, Maurício Tutty e Rafael Huhn. Após a chamada ficou constatada a ausência dos vereadores Braz Andrade, Dr. Paulo, Ney Borracheiro e Wilson Tadeu Lopes. Aberta a Sessão, sob a proteção de Deus, o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 12/07/2016. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a Ata foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 10 (dez) votos. Após, o Presidente Maurício Tutty determinou que o 1º Secretário da Mesa Diretora procedesse à leitura dos expedientes encaminhados à Câmara. **EXPEDIENTE DO EXECUTIVO:** - Ofício nº 302/2016 encaminhando a Lei nº 5.711/2016 sancionada pelo Poder Executivo. - Ofício nº 317/2016 encaminhando o Projeto de Lei nº 801/2016, que "autoriza a abertura de crédito especial na forma dos artigos 42 e 43 da Lei n. 4.320/64, no valor de R$ 4.000,00, altera o Plano Plurianual PPA-2014-2017 (Lei 5.332), Lei de Diretrizes Orçamentárias-2016 (Lei 5.621) e Lei do Orçamento Anual (Lei n. 5.658)." - Ofício nº 311/16 encaminhando o Projeto de Lei nº 800/2016, que "dispõe sobre a denominação do Centro de Reeducação Municipal, que passa a denominar-se Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - SAICA - Pouso Alegre". - Ofício nº 315/2016 encaminhando o Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 790/2016, que "organiza o quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, fixa os quantitativos nas unidades escolares, dispõe sobre os servidores em cargos de direção, vice-direção e estabelece critérios para nomeação e lotação de futuros servidores." - Ofício nº 298/16 encaminhando cópia do Ofício n. 012/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social de Pouso Alegre, referente às entidades devidamente cadastradas nesse Conselho, aptas a receberem subvenções sociais. - Ofício nº 305/16 encaminhando a Lei nº 5712/2016, sancionada pelo Chefe do Poder Executivo. - Ofício nº 280/16 encaminhando o Projeto de Lei nº 797/2016, que "dispõe sobre a regulamentação da atividade de transporte remunerado de passageiros e transporte remunerado de mercadorias por motocicletas (mototáxi e moto-entrega) no município de Pouso Alegre, em conformidade da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009". - Ofício nº 434/2016 encaminhado pela Secretária do Conselho Municipal de Educação solicitando a indicação de 02 (dois) representantes do Poder Legislativo para atuarem como membros e/ou suplentes no Conselho, os quais deverão comparecer à Secretaria Municipal de Educação no dia 10 de agosto, às 14h. **EXPEDIENTE DE DIVERSOS:** - Ofício nº 721/16 encaminhado pela 9ª Promotoria de Justiça de Pouso Alegre, solicitando que seja pautado o Projeto de Lei nº 795/2016, com a comunicação da Promotoria de Justiça, no prazo de 15 dias. - Ofício nº 322/2016 encaminhado pela Coordenadoria de Controle da Constitucionalidade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicitando o encaminhamento de certidão de vigência da Lei nº 5.526/2014 do município de Pouso Alegre, tendo em vista a instrução do Procedimento Administrativo de Controle da Constitucionalidade nº MPMG-0024.16.009093-2. - Ofício encaminhado pela empresa Viação Princesa do Sul para enviar a notícia veiculada pelo site " R7", sobre disputa de pontos de transporte clandestino como possível causa da morte de um motorista. - Ofício encaminhado pelo Juiz da Vara do Trabalho de Itajubá solicitando que proceda ao bloqueio e depósito judicial de valores que a reclamada Águia Vigilância e Segurança LTDA tenha por receber, até o limite de R$ 17.536,43. - Ofício nº 316/2016 encaminhado pelo Sr. Ricardo Silveira Puccini, 1º Suplente PRTB/PV/PPL, informando que não poderá comparecer à Sessão em virtude de compromisso agendado anteriormente em Belo Horizonte-MG e solicitando o adiamento da deliberação agendada para esta data. - Ofício nº 01/2016 encaminhado pelo PCdoB, solicitando a cessão do Plenário e do Plenarinho no dia 30/07/2016, das 8h às 16h, para a realização de Convenção Partidária Conjunta para os partidos PT e PCdoB. - Ofício encaminhado pelos senhores advogados Elias Kallás Filho e Demétrius Amaral Beltrão, representando neste ato o Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro, para que seja promovido novo processo de votação do pedido de cassação da vereadora Dulcinéia Maria da Costa, na sessão ordinária do dia 19 de julho de 2016 conforme determina sentença/acordão. - Ofício nº 01/2016 encaminhado pela Presidente do PSB (Partido Socialista Brasileiro), Sra. Maria Virgília Pascoal Rosa, solicitando a cessão do Plenário no dia 31 de julho de 2016, das 14h às 21h, para a realização da Convenção Municipal do PSB. - Ofício encaminhado pela empresa Viação Princesa do Sul para enviar a notícia veiculada pelo Jornal "Guarulhos Hoje", que informa sobre vans clandestinas apreendidas na cidade de Guarulhos-SP. - Ofício encaminhado pelo Presidente da Comissão Interventora do PSDB, Sr. Edson Donizeti Ramos de Oliveira, solicitando a cessão do Plenário para a data de 23 de julho de 2016, sábado, das 8h às 13h, para a realização da Convenção Municipal do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira e Partidos Aliados. - Convite encaminhado pelo Rotary Club Pouso Alegre Sul para a reunião festiva de posse do Presidente e seu Conselho Diretor 2016/2017, a realizar-se no dia 15 de julho de 2016, às 20h, no Buffet Kid Festas, situado na Rua Raul Fernandes, nº 35, no bairro Santa Cecília, em Pouso Alegre. Às 17h19min chegaram ao Plenário dos vereadores Dr. Paulo, Ney Borracheiro e Wilson Tadeu Lopes. **EXPEDIENTE DO LEGISLATIVO:** INDICAÇÃO: Vereador(a) Ayrton Zorzi: - Nº 00517/2016 - Solicita, em caráter emergencial, a instalação de uma faixa elevada para pedestres na Rua Silviano Brandão, na altura do nº 431, no Centro. - Nº 00518/2016 - Solicita, em caráter emergencial, a destinação, assim como a pintura indicativa de "vaga para idoso", em frente o Banco do Brasil, na Av. Dr. Lisboa, nº 333, no Centro. Vereador(a) Flávio Alexandre: - Nº 00519/2016 - Solicita a pintura de faixa amarela junto ao meio-fio e a colocação de placa de "proibido parar e estacionar", na 1ª travessa da Av. José Herculano Cobra, em frente ao nº 321, no Bairro São Geraldo. - Nº 00520/2016 - Solicita a retirada de entulho e lixo depositados na Rua 16, no Bairro Cidade Jardim. Vereador(a) Ney Borracheiro: - Nº 00521/2016 - Solicita o patrolamento e o cascalhamento em toda a extensão da estrada rural do bairro Cervo, principalmente no trecho paralelo à rodovia. - Nº 00522/2016 - Solicita o patrolamento e o cascalhamento em toda a extensão da estrada rural do bairro Cava. - Nº 00523/2016 - Solicita o patrolamento e o cascalhamento em toda a extensão da estrada rural do bairro Brejal. Vereador(a) Braz Andrade: - Nº 00524/2016 - Solicita a limpeza e a coleta de lixo em todas as ruas do bairro Monte Carlo. MOÇÃO: - Nº 00088/2016: MOÇÃO DE PESAR aos familiares da Sra. Elza Natalia Fraga Rosa, pelo seu falecimento. - Nº 00089/2016: MOÇÃO DE PESAR aos familiares da Sra. Clara Ana de Moraes Preus, pelo seu falecimento. - Nº 00090/2016: MOÇÃO DE PESAR aos familiares da Sra. Maria Lourdes de Carvalho, pelo seu falecimento. - Nº 00091/2016: MOÇÃO DE APLAUSO ao Sr. Paulo Isaac da Rosa, Diretor do Conservatório Estadual de Música Juscelino Kubitschek de Oliveira. PROJETOS: - Projeto de Lei Nº 07239/2016 de autoria do(a) Vereador(a) Lilian Siqueira: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA ROMÉRO MAGALHÃES DO AMARAL TOLEDO (\*1970 +1987). Projeto de Lei Nº 07240/2016 de autoria do(a) Vereador(a) Gilberto Barreiro: DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO: RUA DIVA LOCORI GAIOTTO (\*1936 +2000). OFÍCIOS: - Defesa Preliminar apresentada pelo Ver. Adriano da Farmácia referente à denúncia do Sr. Benedito José Venâncio Neto. PORTARIAS: - 144/2016: PRORROGA A LICENÇA MATERNIDADE DA SRA. ANGÉLICA SOUZA LIMA ARRIERO AMARAL, ASSESSORA PARLAMENTAR, NOS TERMOS DA LEI Nº 4865/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - 145/2016: EXONERA A SRA. CAROLINA SILVA DE OLIVEIRA – MATRÍCULA 380, DO CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE DE GABINETE PARLAMENTAR, PADRÃO CM-06, CONSTANTE DA LEI Nº 5663/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - 146/2016: DESIGNA A SERVIDORA ELIANE CRISTINA RAMOS GONÇALVES PARA SUBSTITUIR O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 04/2016, NOS CASOS DE AUSÊNCIA, AFASTAMENTO, LICENÇA, FÉRIAS OU IMPEDIMENTOS LEGAIS. - 147/2016: DESIGNA A SERVIDORA ELIANE CRISTINA RAMOS GONÇALVES PARA SUBSTITUIR O PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 08/2016, NOS CASOS DE AUSÊNCIA, AFASTAMENTO, LICENÇA, FÉRIAS OU IMPEDIMENTOS LEGAIS. - 148/2016: NOMEIA A SRA. LETÍCIA LUIZA DA CRUZ PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE DE GABINETE PARLAMENTAR, PADRÃO CM-06, DA LEI N° 5.663/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Às 17h26min chegou ao Plenário o Ver. Braz Andrade. Encerrada a leitura do expediente, o Presidente passou a discussão e votação da matéria constante da **Ordem do Dia**. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 21/2016 que altera a redação do artigo 231 da Lei Orgânica Municipal**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 12 (doze) votos a 3 (três). Votos contrários dos vereadores Adriano da Farmácia, Flávio Alexandre e Hamilton Magalhães. **Veto Total ao Projeto de Lei nº 7219/2016, que “institui e regulamenta o serviço municipal de verificação de óbitos no município de Pouso Alegre e dá outras providências”**. O Ver. Maurício Tutty pediu o voto dos vereadores no sentido de derrubar o veto do Prefeito Municipal. Disse que o processo trará recursos para o município. Falou que tentou conversar com o Prefeito Municipal para que pudesse enviar o projeto. Declarou que o veto pode ser derrubado e que o Prefeito Municipal poderia enviar o projeto novamente. O Ver. Rafael Huhn falou que compartilha do mesmo raciocínio do Presidente Maurício Tutty. Declarou que o veto demonstra que a prerrogativa de enviar o projeto é do Poder Executivo. Disse que o mais importante é a aplicação do projeto, no sentido de atender a população. Solicitou que o prefeito enviasse uma nova proposta. Declarou que o vício de iniciativa é secundário em razão da importância do projeto, pois a matéria é mais importante do que o procedimento. O Ver. Dr. Paulo comentou que o projeto é importante para o município. Lamentou que o Poder Executivo tenha vetado todo o projeto, inviabilizando a aplicação da lei. Destacou que não existe um médico à disposição para declarar o óbito. Falou que é um projeto coletivo, de interesse da população. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o veto total foi colocado em **única votação**, sendo rejeitado por 14 (catorze) votos. **Veto Parcial ao Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 768/2016 que “regulamenta o serviço de transporte coletivo público de passageiros por ônibus ou microônibus - urbano e rural - do município de Pouso Alegre, estabelece sanções e dá outras providências”**. O Ver. Adriano da Farmácia falou que foi feita uma discussão muito ampla a respeito da questão das vans. Acredita que é necessário rever, pois são emendas muito importantes. Falou sobre a emenda que apresentou ao projeto. Afirmou que é a oportunidade de derrubar o veto e legalizar as vans no município. O Ver. Hélio Carlos disse que o Projeto de Lei impõe algumas multas à empresa concessionária. Afirmou que vários vereadores apresentaram emendas, com entendimento jurídico de que seriam inconstitucionais. Falou que sabia que as emendas seriam vetadas. Declarou que aconteceu no dia da votação uma brincadeira com a necessidade da população. Comentou que a única forma de resolver o transporte no município é por meio de vans. Destacou que a Lei de 2001 deve ser revogada. Disse que não entende por que o Projeto de Lei foi retirado da Ordem do Dia. Afirmou que não adianta derrubar o veto do prefeito, sem antes revogar a Lei de 2001. Falou que os vereadores devem ser favoráveis ao veto. O Ver. Gilberto Barreiro disse que a Comissão de Administração Pública foi até a Promotoria de Justiça, que informou que a Lei de 2001 era inconstitucional e que o Projeto de Lei de autoria do Ver. Hélio Carlos também era inconstitucional, e que continuaria adotando o Código Penal como base. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o veto foi colocado em **única votação**, sendo mantido por 8 (oito) votos a 7 (sete). Votos contrários dos vereadores Adriano da Farmácia, Braz Andrade, Dr. Paulo, Flávio Alexandre, Hamilton Magalhães, Ney Borracheiro e Wilson Tadeu Lopes. O Ver. Hélio Carlos disse que estranhou a fala do Ver. Gilberto Barreiro, quando fala que os projetos de lei eram inconstitucionais. Falou que o objetivo era revogar uma lei inconstitucional e não vê irregularidade na ação. Declarou que a Promotoria de Justiça já recebeu várias denúncias do péssimo serviço prestado pela empresa Princesa do Sul. Declarou que a Princesa do Sul fez uma denúncia sobre as vans, e que o Ministério Público já tomou as iniciativas. Deseja um Ministério Público que defenda a população. O Ver. Maurício Tutty declarou que todos os vereadores são favoráveis ao uso das vans. Questionou em quais condições as vans poderão trafegar no município. Disse que não pode defender a ilegalidade no município. Entende que é necessário respeitar o princípio da segurança jurídica. Acredita que o contrato deve ser respeitado. Falou que colocará na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 7229/2016. Falou que a revogação da lei não permitirá o transporte ilegal de vans. Comentou que os vereadores devem combater o serviço prestado pela empresa Princesa do Sul. O Ver. Adriano da Farmácia falou que é contra a Princesa do Sul, mas acredita que todo jogo deve ter regras. Afirmou que todos sabem que a Princesa do Sul não é boa. Disse que o poder de retirar a Princesa do Sul caberia ao Poder Executivo. **Projeto de Lei nº 7234/2016 que dispõe sobre denominação de logradouro público: Estrada Rural Marlene Romanelli (\*1939 +2015)**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Ayrton Zorzi leu o histórico da homenageada. **Projeto de Lei nº 7231/2016 que declara de utilidade pública municipal a “Associação Comunidade Javé Nissi”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Ayrton Zorzi pediu a **inclusão na pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 7217/2016**. O pedido foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 7217/2016 que altera a redação do inciso II do art. 11-A da Lei Municipal nº 5.604, de 24 de agosto de 2015, que dispõe sobre a regularização de construções irregulares ou não licenciadas pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre**. O Ver. Hamilton Magalhães questionou se seriam duas votações ou uma votação. O Presidente Maurício Tutty respondeu que seriam duas votações. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Ayrton Zorzi disse que o projeto busca permitir a regularização das construções irregulares. Explicou os valores das multas. Comentou sobre o período de aplicação da multa. Agradeceu o apoio dos vereadores. O Ver. Flávio Alexandre disse que o tema já vem sendo debatido na Câmara Municipal. Falou que o Promotor se manifestou sobre o assunto. Comentou que o desejo não é onerar a população. Parabenizou o Ver. Ayrton Zorzi. O Ver. Wilson Tadeu Lopes falou que é um grande projeto. Disse que quem faz os puxadinhos são pessoas pobres, que necessitam de ajuda. Comentou que os valores das multas eram altos, e com o projeto ficará viável a regularização dos imóveis. **Projeto de Lei nº 791/2016 que altera a redação do art. 36 da Lei n. 5.526/2014, que dispõe sobre o chacreamento no município de Pouso Alegre e dá outras providências**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 13 (treze) votos a 1 (um). Voto contrário do Ver. Hamilton Magalhães. O Presidente Maurício Tutty retirou da pauta da Ordem do Dia o **Projeto de Lei nº 790/2016 que organiza o quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, fixa os quantitativos nas unidades escolares, dispõe sobre os servidores em cargos de direção, vice-direção e estabelece critérios para nomeação e lotação de futuros servidores**. O Presidente Maurício Tutty solicitou a **inclusão na pauta da Ordem do Dia do Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 790/2016 que organiza o quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, fixa os quantitativos nas unidades escolares, dispõe sobre os servidores em cargos de direção, vice-direção e estabelece critérios para nomeação e lotação de futuros servidores**. O pedido foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos.Às 18h09min o Presidente Maurício Tutty suspendeu a Sessão Ordinária por 5 (cinco) minutos para a elaboração dos pareceres do Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 790/2016. Às 18h20min o Presidente Maurício Tutty solicitou a recomposição do quorum. **Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei nº 790/2016 que organiza o quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, fixa os quantitativos nas unidades escolares, dispõe sobre os servidores em cargos de direção, vice-direção e estabelece critérios para nomeação e lotação de futuros servidores**.O Ver. Hélio Carlos agradeceu o Poder Executivo. Disse que é importante fazer uma organização do quadro de servidores. Agradeceu o Presidente Maurício Tutty pelo empenho na discussão do projeto. A Ver. Dulcinéia Costa agradeceu a presença dos servidores das escolas municipais. Comentou que o projeto é um marco para a educação municipal. Disse que os diretores foram indicados pela comunidade escolar. Falou que há anos a categoria vem lutando pela implantação do piso salarial. Comentou que está sendo pensada uma legislação específica, substituindo o decreto, no processo de indicação dos gestores. Apresentou aspectos do projeto. Falou que é uma vitória dos servidores da educação. Parabenizou todas as pessoas envolvidas. O Ver. Wilson Tadeu Lopes parabenizou o Prefeito Municipal pelo avanço nas questões dos servidores da Secretaria de Educação. Falou que reconhece o esforço de todos os envolvidos. Declarou que votará favoravelmente. O Ver. Mário de Pinho parabenizou o Prefeito Municipal. Disse que a Secretaria de Educação se dedicou no desenvolvimento deste trabalho. Falou que os vereadores reconhecem o trabalho dos servidores da Secretaria de Educação. O Ver. Rafael Huhn falou que participou da reunião de sexta-feira. Declarou que as modificações propostas foram contempladas no Substitutivo. Destacou o esforço da Secretaria Municipal de Educação para a criação da base de um texto. Comentou que o Projeto de Lei garante a flexibilidade de opção pelo salário acima do piso. Falou sobre outras necessidades que poderão ser tratadas em outros Projetos de Lei. Disse que a eleição para Prefeito Municipal não interferirá na situação dos diretores escolhidos pela comunidade. Afirmou que votará favoravelmente. O Ver. Maurício Tutty contou sua história na educação. Falou que os profissionais da educação têm compromisso com a cidadania e com a democracia. Afirmou que o Projeto de Lei oferece segurança jurídica aos servidores da Secretaria de Educação. Destacou que o decreto que regulamenta a eleição direta para diretor passará a ser lei. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos.A Ver. Dulcinéia Costa afirmou que gostaria de ver votado o plano de cargos e carreiras dos professores. Falou que a luta do magistério continua. Disse que está comovida com a luta dos professores. Apresentou as mudanças propostas no projeto. Agradeceu os representantes do Poder Executivo, que entenderam a causa da educação. Após, o Presidente Maurício Tutty solicitou a **inclusão na pauta da Ordem do Dia e a votação do Requerimento nº 25/2016 que requer única votação para o Projeto de Lei nº 801/2016**. Pediu a leitura do requerimento. Apresentou o conteúdo do requerimento e do Projeto de Lei. Explicou como se deu o processo de contratação dos estagiários, que possuem direito ao vale-transporte. A inclusão e a votação do requerimento foram colocadas em **única votação**, sendo aprovadas por 14 (catorze) votos. Em seguida, o Presidente Maurício Tutty solicitou a **inclusão na pauta da Ordem do Dia e a votação do Projeto de Lei nº 801/2016 que autoriza a abertura de crédito especial na forma dos artigos 42 e 43 da Lei n. 4.320/64, no valor de R$ 4.000,00, altera o Plano Plurianual PPA-2014-2017 (Lei 5.332), Lei de Diretrizes Orçamentárias-2016 (Lei 5.621) e Lei do Orçamento Anual (Lei n. 5.658)**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a inclusão e a votação foram colocadas em **única votação**, sendo aprovadas por 14 (catorze) votos. **Requerimento nº 24/2016 que solicita ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria de Planejamento, informações sobre a quantidade de alvarás liberados para funcionamento de comércio ambulante (carrinhos, trailers e similares), desde janeiro de 2015**. O requerimento foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Pedido encaminhado pela Presidente do PSB (Partido Socialista Brasileiro), Sra. Maria Virgília Pascoal Rosa, solicitando a cessão do Plenário no dia 31 de julho de 2016, das 14h às 21h, para a realização da Convenção Municipal do PSB**. O pedido foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Pedido encaminhado pelo Presidente da Comissão Interventora do PSDB, Sr. Edson Donizeti Ramos de Oliveira, solicitando a cessão do Plenário para a data de 23 de julho de 2016, sábado, das 8h às 13h, para a realização da Convenção Municipal do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira e Partidos Aliados**. A Ver. Lilian Siqueira disse que votaria contrariamente, pois não reconhece a legitimidade da Comissão Interventora. Pediu que os vereadores, que não gostariam de estar na situação dela, respeitassem a democracia. O pedido foi colocado em **única votação**, sendo rejeitado por 8 (oito) votos a 6 (seis). Votos contrários dos vereadores Ayrton Zorzi, Dulcinéia Costa, Gilberto Barreiro, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Ney Borracheiro, Rafael Huhn e Wilson Tadeu Lopes. O Ver. Dr. Paulo falou que é lamentável aprovar o pedido de um grupo político e não aprovar de outro. **Pedido encaminhado pelo PCdoB, solicitando a cessão do Plenário e do Plenarinho no dia 30/07/2016, das 8h às 16h, para a realização de Convenção Partidária Conjunta para os partidos PT e PCdoB**. O pedido foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. Em seguida, O Presidente Maurício Tutty passou a Presidência da Mesa Diretora para o 2º Vice-Presidente, Ver. Mário de Pinho. Comunicou que ele e a Ver. Dulcinéia Costa se ausentariam do Plenário. O Presidente em exercício comentou que seria votada a petição encaminhada pelo Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro, solicitando a deflagração do processo de cassação da vereadora Dulcinéia Costa pela prática das infrações político-administrativas, previstas no inciso III do art. 7º do Decreto-Lei nº 201/1967, com a tramitação nos termos do art. 5º de referida norma. Convocou para participar da votação os suplentes dos vereadores Dulcinéia Costa e Maurício Tutty, os senhores Sebastião Ferreira e Ricardo Puccini. Às 18h57min o Presidente em exercício suspendeu a Sessão Ordinária. Às 19h20min o Presidente em exercício retomou a Sessão e solicitou a recomposição do quorum. Pediu que o 1º Secretário fizesse a leitura do Ofício nº 316/2016 encaminhado pelo Sr. Ricardo Puccini justificando seu não comparecimento à Sessão Ordinária. **Recebimento da** **petição encaminhada pelo Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro, solicitando a deflagração do processo de cassação da vereadora Dulcinéia Costa pela prática das infrações político-administrativas, previstas no inciso III do art. 7º do Decreto-Lei nº 201/1967, com a tramitação nos termos do art. 5º de referida norma.** O recebimento da petição foi colocado em **única votação**, sendo rejeitado por 8 (oito) votos a 5 (cinco). Votos contrários dos vereadores Ayrton Zorzi, Braz Andrade, Gilberto Barreiro, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Sebastião Martins, Rafael Huhn e Wilson Tadeu Lopes. O Ver. Ney Borracheiro pediu ao Presidente em exercício que constasse em ata que seu voto era contrário. O Ver. Maurício Tutty retomou a presidência da Sessão Ordinária e a Ver. Dulcinéia Costa a Vice-Presidência. O Presidente pediu ao 1º Secretário que fizesse a leitura da Portaria nº 149/2016, que “PARALISA PARCIALMENTE AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. E, nada mais havendo a tratar, a presente sessão é encerrada às 19h25min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa Diretora, e por mim.

Sala das Sessões em 19 de Julho de 2016.

Maurício Tutty Gilberto Barreiro

Presidente 1º Secretário